Forúm da Sociedade Civil para os Direitos da Criança

Policy Brief N° 2 | *Maio de 2014*

Reflectindo sobre a Desnutrição Crónica: os Desafios da Construção de um Capital Humano Sustentável em Moçambique

©UNICEF/MOZA2012-00352/Eli Reed/Magnum Photos

Mensagens Chave:

- Em Moçambique, 43% de crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição crónica moderada e 20% sofrem de desnutrição crónica grave, enquanto 8% de crianças são afectadas pela desnutrição aguda;
- A desnutrição crónica permanece mais elevada na região Norte do país, com taxas de prevalência entre 47% e 55%, seguida da região Centro com taxas entre 36% e 45% e da região Sul, que possui taxas entre 23% e 36%;
- A prevalência da desnutrição no quintil de riqueza mais baixo é de mais que o dobro da prevalência no quintil mais elevado;
- O impacto da desnutrição crónica nos primeiros mil dias de vida é devastador pois pode causar danos irreparáveis no desenvolvimento cerebral bem como no desenvolvimento intelectual e na produtividade do indivíduo no futuro;
- A desnutrição crónica é reconhecida como sendo um indicador chave da qualidade do capital humano.

Introdução

Em Moçambique, 43% de crianças abaixo dos 5 anos de idade sofrem de desnutrição crónica, segundo dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2011, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Apesar de um significativo progresso no reforço do quadro político e institucional, com vista a redução da desnutrição crónica em Moçambique, o país tem encontrado enormes desafios e barreiras para diminuir, de forma acelerada, os índices da desnutrição, em particular entre as crianças menores de cinco anos.

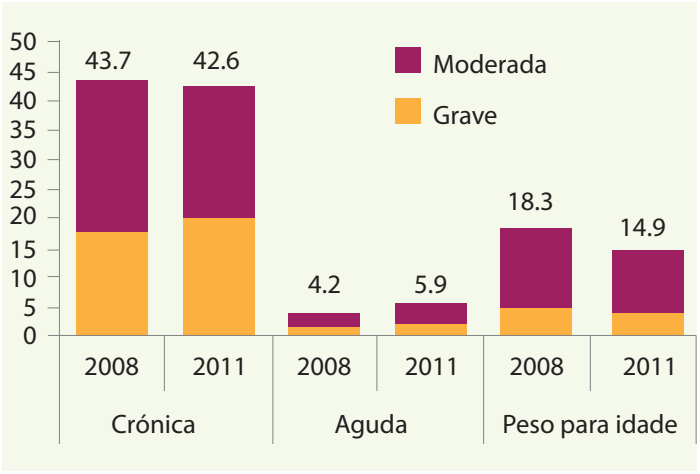
A desnutrição crónica resulta da falta de crescimento que ocorre entre o momento da concepção até aos 5 anos de idade. Importa notar que entre os 6 e os 18 meses as crianças têm maiores probabilidades de se tornarem cronicamente malnutridas, sendo importante considerar, na sua prevenção, o estado nutricional da mãe antes e durante a gravidez, assim como o da criança nos primeiros dois anos de vida.

O impacto da desnutrição crónica, quando ocorre nos primeiros mil dias de vida, é devastador, pois pode causar danos irreparáveis no desenvolvimento cerebral, bem como no desenvolvimento intelectual e na produtividade do indivíduo no futuro. Por esta razão, considerando que a desnutrição crónica não pode ser tratada, mas apenas prevenida, a sua eliminação deve constituir uma prioridade nacional na agenda de governação.

O Problema - A Situação Actual em Moçambique

Moçambique continua a ter elevadas taxas de desnutrição infantil, apesar dos esforços do Governo, dos Parceiros e da Sociedade Civil com vista a reduzir a desnutrição crónica no país. Dados mais recentes sobre a desnutrição infantil mostram que não houve evolução, nos últimos anos, na prevalência da desnutrição infantil, registando-se, por isso, uma tendência de quase estagnação, conforme indica a figura 1:

Figura 1 - Taxa de subnutrição (% de crianças menores de 5 anos)



Fonte: MICS 2008 e IDS 2011

Do ponto de vista das disparidades geográficas, tendo em conta os meios urbano e rural, o IDS 2011 mostra que enquanto 35% de crianças menores de cinco anos em situação de desnutrição crónica se encontram no meio urbano (uma percentagem bastante alta), 46% está concentrada no meio rural. Por outro lado, a desnutrição crónica permanece mais elevada na região Norte do país, entre 47% e 55%, seguida pela região Centro, com taxas entre 36% e 45%, e, finalmente, pela região Sul, entre 23% e 36%, com os índices mais baixos ao nível do país, embora considerados ainda muito altos.

Apesar das tendências mostrarem estagnação no Norte, registou-se uma importante redução da desnutrição na província de Gaza, no Sul do país, de 42.1% em 2003 para 26.8% em 2011, assim como na província de Sofala no Centro. Nesta perspectiva, é importante que o Governo e os actores-chave que trabalham nesta área estudem as práticas adoptadas que resultaram no progresso positivo nestas duas províncias, e vejam até que ponto as mesmas podem ser reaproveitadas e replicadas noutros pontos do país onde não foram registados progressos, tendo em conta, logicamente, o contexto sociocultural de cada região e/ou província.

Figura 2 - Prevalência da Desnutrição em Menores de 5 Anos por Província

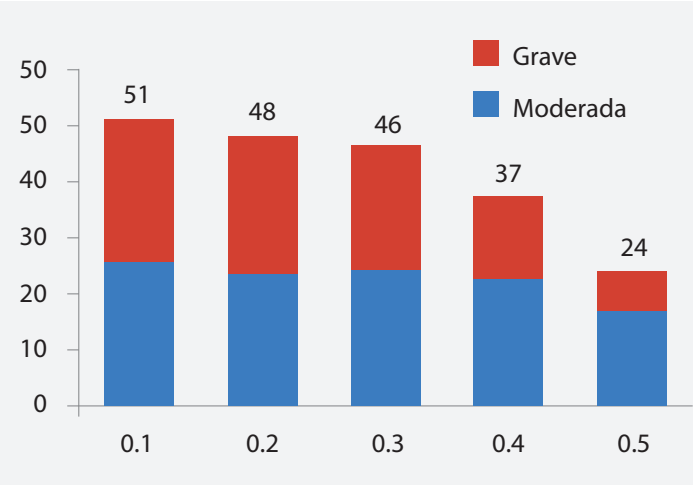
Fonte: IDS, 2011

Tal como existem disparidades regionais (norte, centro e sul), as diferenças nos níveis de prevalência da desnutrição crónica por província são ainda bastante acentuadas. Em algumas províncias, com destaque para as províncias do norte e centro do país, registou-se uma estagnação ou mesmo um aumento dos níveis de desnutrição, levantando preocupações em relação aos esforços implementados tanto pelo Governo como por outros actores na implementação efectiva de programas e acções com vista a reduzir a prevalência da desnutrição crónica em particular nas províncias do centro e norte do país.

Relação entre o Quintil de Riqueza e a Desnutrição

A prevalência da subnutrição diminui com o nível de escolaridade e quintil de riqueza. Mas isso não significa que ela só afecta as pessoas pobres, sem acesso a informação e a recursos. A subnutrição também afecta as pessoas minimamente informadas e com acesso a recursos que, bem aplicados, poderiam contribuir para a introdução de hábitos alimentares recomendáveis nesse grupo populacional. Este facto indica, porém, que a pobreza não é, em si, uma determinante chave da desnutrição, como mostra a figura 3 abaixo:

Figura 3 - Pobreza vs Desnutição Crónica

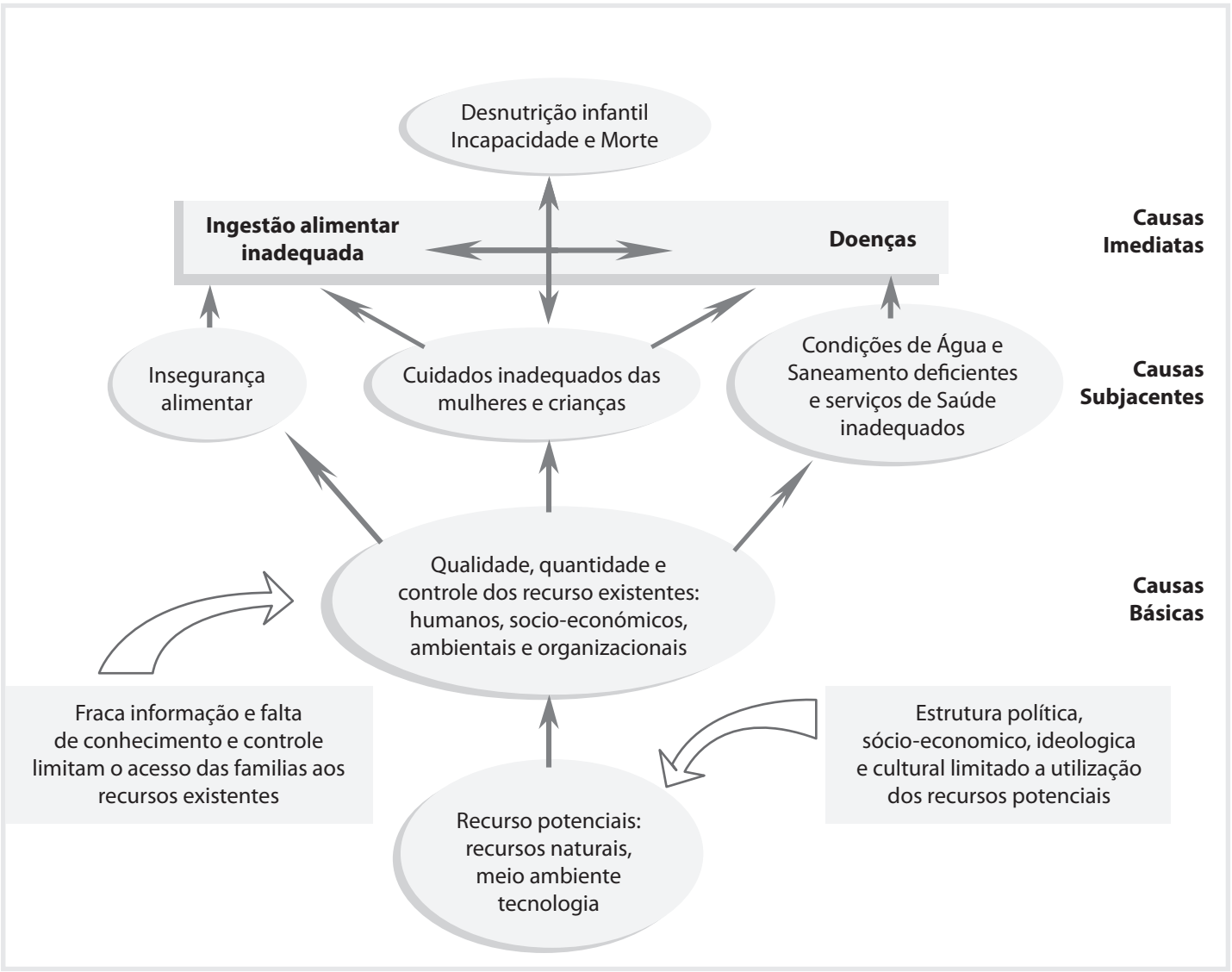


Fonte: IDS, 2011

O gráfico acima ilustra, com clareza, que uma criança no quintil de riqueza Q1 incorre num risco de desnutrição duas vezes maior em relação a uma criança no quintil de riqueza Q5. Isto quer dizer que, partindo do facto de o quintil Q1 representar aquele em que estão concentradas as pessoas com a renda mais baixa, as pessoas praticamente sem renda, por isso consideradas pobres, elas têm maiores probabilidades de sofrer de desnutrição em relação às pessoas com rendas média ou alta, incluindo as pessoas mais ricas. É, contudo, importante salientar que 24% de pessoas ricas (Q5) cronicamente desnutridas representa ainda um número bastante elevado, pois neste quintil a desnutrição deveria situar-se entre 2% e 5%. Para se perceber melhor esta elevada prevalência da desnutrição no quintil Q5, devem ser considerados outros factores, como por exemplo a questão da educação e informação, a dieta alimentar e as práticas culturais.

Causas da Desnutrição Crónica

Figura 4 - Causas da Desnutrição



Fonte: ***PAMRDC***

Como Ilustra a figura acima, a desnutrição crónica é resultado de uma combinação de causas imediatas e subjacentes. Segundo o Plano de Acção Multissectorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC), as causas imediatas são a ingestão insuficiente de nutrientes, em particular proteínas e vitaminas, e o surgimento de infecções. A falta de aleitamento materno exclusivo e a prática do desmame inadequado também podem contribuir para a desnutrição crónica.

Ao nível subjacente, a insegurança alimentar, a falta de serviços de saúde e de higiene, bem como de saneamento ambiental e cuidados maternos e infantis adequados, assim como os baixos níveis de escolaridade das mães, casamentos e gravidezes nas adolescentes, que resulta em baixo peso à nascença, são apontadas como as principais causas da desnutrição crónica.

O PAMRDC indica ainda que as causas básicas da desnutrição crónica actuam ao nível da sociedade como um todo e reflectem os recursos potenciais disponíveis, tanto naturais, como tecnológicos e humanos e também a estrutura política e a identidade cultural do país.

O Impacto Socioeconómico da Desnutrição

De uma forma geral, a desnutrição em Moçambique é responsável, em grande medida, pela elevada taxa de mortalidade infanto-juvenil (mortalidade abaixo dos 5 anos), que é de 97 por mil nados vivos, segundo o IDS 2011.

O impacto da desnutrição crónica pode também ser avaliado a dois níveis:

1) A Nível Individual

A desnutrição crónica tem tido um impacto determinante na sobrevivência e desenvolvimento da criança, na medida em que, se a criança for afectada pela desnutrição nos seus primeiros mil dias de vida, pode causar danos irreparáveis no desenvolvimento cerebral, bem como no desenvolvimento intelectual e na produtividade do indivíduo no futuro.

A desnutrição pode limitar o desenvolvimento físico e intelectual de uma criança, fazendo com que esta tenha maiores chances de ter um baixo aproveitamento escolar, incluindo a falta de interesse e desistência da escola, para além de influenciar negativamente no desenvolvimento físico e cognitivo das crianças.

A desnutrição, mesmo quando ligeira, aumenta a probabilidade de morte, principalmente em crianças. Por outras palavras, a desnutrição é considerada um dos principais problemas de saúde pública e uma das principais barreiras para o desenvolvimento socioeconómico em vários países, incluindo Moçambique.

2) A Nível Económico

Um país que aposta na nutrição da sua população, em especial das crianças, tem todo o potencial de alcançar o progresso e sustentabilidade socioeconómica, uma vez que a sua população torna-se mais resiliente e fortalecida para participar no processo de desenvolvimento. Por esta razão, a desnutrição crónica é reconhecida como sendo um indicador chave da qualidade do capital humano.

Além do alto custo para a nação, a elevada prevalência da desnutrição crónica compromete o alcance dos compromissos nacionais e internacionais sobre desenvolvimento social e económico assumidos pelo país e tem uma influência directa no alcance das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em particular os ODM 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Estima-se que cada dólar americano investido na nutrição de uma criança resulta num retorno de 138 dólares americanos em termos de melhorias na saúde, educação e aumento da produtividade. Por outro lado, as perdas na produtividade podem situar-se na ordem de 2-3% do Produto Interno Bruto de um país[1].

Além do alto custo para a nação, a elevada prevalência da desnutrição crónica compromete o alcance dos compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo país, sobre desenvolvimento social e económico.

Políticas Públicas para a Redução da Desnutrição em Moçambique

O Governo de Moçambique aprovou, em Setembro de 2010, o Plano de Acção Multissectorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC) 2011-2015(20), um instrumento de implementação multissectorial que tem como objectivo acelerar a redução da desnutrição crónica de 44% (2008) até 30% (2015) e 20% (2020), contribuindo para a redução da morbimortalidade infantil e assegurando o desenvolvimento de uma sociedade saudável e activa.

Este plano reconhece que, para se alcançar a meta ambiciosa de redução da desnutrição crónica no país em 20% entre 2011 e 2020, "é urgente um compromisso forte dos vários sectores governamentais e não-governamentais no desenvolvimento de planos operacionais sectoriais em base neste Plano, e na alocação de recursos que permitam acelerar os progressos já alcançados nesta área".

Uma maior descentralização na operacionalização do PAMRDC, com a elaboração e implementação de planos ao nível provincial[2], pode ser um contributo importante para, ao nível local, acelerar a redução da desnutrição crónica.

A Eliminação da Desnutrição Crónica como uma Responsabilidade Colectiva

A redução e eliminação da desnutrição crónica em Moçambique deve ser encarada como uma responsabilidade colectiva, em que todos os actores relevantes, nomeadamente o Governo, a Sociedade Civil, os Parceiros de Desenvolvimento, as Comunidades e as Famílias, têm um papel a desempenhar neste processo, por isso propomos:

Ao nível do Governo:

- Maior aceleração na implementação do PAMRDC ao nível provincial, através do aumento da alocação de recursos financeiros do Orçamento do Estado, para que a este nível acções específicas possam ser implementadas para a redução da desnutrição crónica;
- Maior reforço da coordenação multissectorial ao nível central e provincial, fortalecendo o compromisso das instituições envolvidas para assumirem o seu papel no quadro do PAMRDC, incluindo a instituição coordenadora, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN).

Ao nível da Sociedade Civil:

- Continuar a privilegiar a investigação e a realização de pesquisas operacionais sobre hábitos socioculturais que impactam na nutrição das famílias e comunidades locais;
- Promover a realização de trocas de experiências entre as comunidades sobre a adopção de boas práticas que contribuam para a redução e eliminação da desnutrição infantil.

Ao nível dos Parceiros de Desenvolvimento:

- Continuar a reforçar a cooperação técnica com o Governo transferindo conhecimento e boas práticas adoptadas noutros países em desenvolvimento, com resultados positivos;
- Financiar as iniciativas da Sociedade Civil no reforço da investigação e pesquisa na área da segurança alimentar e nutricional.

Ao nível dos Beneficiários:

- Adoptar hábitos alimentares que tragam valor nutricional agregado para as crianças e suas famílias;
- Adoptar boas práticas de saúde, higiene, saneamento e cuidados maternos e infantis adequados.

Referências

INE (2011). Mulheres e Homens em Moçambique: Indicadores Selecionados de Género 2011. Instituto Nacional de Estatística. Maputo.

GOVERNO, Moçambique (2010). Plano de Acção Multissectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique 2011-2015 (2020). Maputo.

Ministério da Saúde (MISAU), Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICF International (ICFI). Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Calverton, Maryland, USA: MISAU, INE e ICFI.

MISAU (2002). Moçambique: Investir na Nutrição é Reduzir a Pobreza. Análise das Consequências dos Problemas Nutricionais nas Crianças e Mulheres. Direcção Nacional de Saúde, Repartição de Nutrição. Maputo.

CEPSA (2013). Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique. Centro de Pesquisa em População e Saúde. Organizado por Carlos Arnaldo e Boaventura Cau. Maputo.

SUN, Plataforma (2014). Advocacia vs Políticas Públicas de Nutrição em Moçambique – Contribuição das OSC na redução da desnutrição crónica, no âmbito do SUN.

[1] The Power of 1000 Days: Putting Nutrition Evidence into Action (www.thousanddays.org).

[2] As províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia já contam com um PAMRDC provincial.

ROSC
Forum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança

Forum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança – ROSC
Bairro da Coop, Rua B, nr. 247 | Maputo-Moçambique
Telefax: +25821418753 | Webpage: www.rosc.org.mz

Apoio: unicef